

Contracontrole: Análise conceitual de publicações analítico-comportamentais

Countercontrol: Conceptual analysis of behavior-analytic publications

 GIULIA CÂNDIDO BRUNO¹

 MÔNICA HELENA TIEPPO ALVES GIANFALDONI¹

¹PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Resumo

Este trabalho teve como objetivo analisar o conceito de contracontrole na Análise do Comportamento. Para isso foi realizada uma busca através dos termos “contracontrol*” ou “countercontrol*”, em: a) artigos nas bases de dados *Medline*, *BVSpsi*, *Embase*, *Psycinfo*, *Scopos* e *Web of Science*; b) artigos em revistas analítico-comportamentais e; c) em publicações com temas sociais de autores reconhecidos da Análise do Comportamento. Foram incluídas 110 publicações entre livros, tese e artigos em periódicos e jornais não-acadêmicos. Os parágrafos que continham a palavra contracontrole foram selecionados e analisados considerando: a definição do conceito utilizada, os possíveis antecedentes e consequências e, ainda, estratégias para melhorar a efetividade do contracontrole. Foram identificados 636 parágrafos. O contracontrole foi utilizado para descrever respostas antecedidas por controle aversivo e/ou exploratório e conseqüenciadas pela prevenção, eliminação ou atenuação deste controle, ou a punição do comportamento dos controladores e mudanças nas técnicas de controle. Assim, a partir do que foi sintetizado, propõe-se novos diálogos entre Análise do Comportamento e as ciências políticas e avanços na produção de conhecimento sobre contracontrole.

Palavras-chave: contracontrole; análise conceitual; controle aversivo; sociedade.

Abstract

This study aimed to analyse the concept of countercontrol in Behavior Analysis. The terms “contracontrol*” or “countercontrol*” were searched in a) articles in the databases *Medline*, *BVSpsi*, *Embase*, *Psycinfo*, *Scopos* e *Web of Science*; b) articles in behavioral-analytic journals and; c) in publications with social themes of recognized authors of Behavior Analysis (Skinner, Sá, Sidman e Holland). 110 publications were included, including books, thesis and articles in journal and newspaper. The paragraphs that contained the word countercontrol were selected and analyzed considering: the definition of the concept used, the possible antecedents and consequences, and strategies to improve the effectiveness of countercontrol. 636 paragraphs were identified. Countercontrol was used to describe responses preceded by aversive and/or exploratory control and followed by the prevention elimination or attenuation of this control, or the punishment of the controllers’ behavior and changes in control techniques. Thus, based on what was synthesized, new dialogues between Behavior Analysis and political sciences and advances in the production of knowledge on countercontrol are proposed.

Keywords: countercontrol; conceptual analysis; aversive control; society.

NOTA. FINANCIAMENTO DA PRIMEIRA AUTORA. BOLSA DE MESTRADO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – BRASIL (CAPES): 88887.598102/2021-00.

✉ giuliacandidobruno@gmail.com

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.18542/REBAC.V21i1.18869](http://dx.doi.org/10.18542/REBAC.V21i1.18869)

Skinner em 1953 publica um de seus principais livros, *Ciência e Comportamento Humano*, defendendo tanto a ciência como uma possibilidade ímpar de intervir na realidade e resolver problemas sociais quanto a necessidade de estudar cientificamente o comportamento humano, uma vez que este está envolvido em quase todos os nossos principais problemas. Uma das seis sessões em que o livro está dividido é dedicada ao estudo do comportamento das pessoas em grupo, por óbvio tema fundamental da literatura analítico-comportamental, discutindo o comportamento social, o controle pessoal e o controle pelo grupo.

Conforme Skinner (1953/2014), o comportamento social implica duas ou mais pessoas em inter-relação, que manipulam, deliberadamente ou não, as condições que afetam um ao outro; e, assim, avaliar de que forma uma pessoa controla outra passa a ser uma tarefa de analistas do comportamento. Um conceito que pertence a esse campo, que tem sido utilizado de forma assistemática, é o de contracontrole, próprio de quem é controlado.

Skinner (1953/2014), ao discutir objeções ao controle pessoal, apresenta, pela primeira vez, o conceito de contracontrole do seguinte modo:

Um efeito sobre o controlado é induzi-lo a engajar-se em contracontrole. Ele pode mostrar uma reação emocional de raiva ou frustração, incluindo um comportamento operante que fere ou é de alguma maneira aversivo ao controlador. Tal comportamento pode ter sido reforçado pela redução de consequências aversivas similares (p. 321 – tradução livre).

Segundo Skinner (1953/2014), é mais provável que o contracontrole ocorra provocado por controle social diante de controle aversivo ou quando qualquer forma de controle é exercida deliberadamente por suas consequências vantajosas para o controlador. Deve-se destacar, como o faz Delprato (2002), o fato de que, nas relações interpessoais, os seres humanos não são passivos e inflexíveis em suas respostas e podem exercer a função de controladores e de controlados, para cada situação em que se encontrem.

O controle do comportamento em grupo sobre um indivíduo ocorre “quando duas ou mais pessoas manipulam variáveis que têm um efeito comum sobre seu comportamento.” (Skinner, 1953/2014, p. 323 – tradução livre). O poder e força do controle advêm tanto do número quanto da importância das pessoas para os demais, embora o grupo possa ser pouco organizado e pouco consistente em suas práticas.

Há, no entanto, dentro de grupos, agências controladoras que manipulam determinados conjuntos de variáveis e são, de modo geral, mais organizadas e mais bem sucedidas. As agências controladoras têm papel fundamental no controle do comportamento da comunidade, entretanto destacam-se pelo uso majoritário de controle aversivo imediato ou a longo prazo e, assim, torna o estudo do contracontrole indispensável para entender o comportamento humano (Skinner, 1953/2014).

De acordo com Holland (2016/1973, 1978), em uma sociedade estratificada, tais agências exercem controle sobre a população principalmente através do manejo de contingências aversivas, mas também através da imposição de estados de privação para que as contingências de reforçamento positivo tenham maior eficácia. O analista do comportamento poderia ter um papel central para intervir em defesa da população e não dos mais favorecidos, pois poderia utilizar-se de tecnologia comportamental derivada da análise do comportamento, e agir contra a manutenção do *status quo*. Santos et al (2016, p. 64) enfatizam que, para Holland, “Nesse contexto, a noção de contracontrole é fundamental, pois o planejamento da transformação social e a própria transformação seriam, em última instância, produtos do contracontrole”.

Pela importância que o contracontrole poderia assumir, seria de se esperar que pesquisadores analistas do comportamento estivessem aprofundando o conceito e o utilizando, no mínimo, em debates sobre como aplicar o conhecimento produzido para servir a projetos que produzam uma sociedade com valores de inclusão e cooperação, e boa qualidade de vida para todas e todos.

Não parece ser o que ocorreu e um exemplo é o da investigação de Santos et al (2016) em artigos analítico-comportamentais brasileiros para verificar qual o impacto da proposta de Holland e do conceito de contracontrole. Tal revisão abarcou 437 artigos publicados na Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, Revista Brasileira de Análise do Comportamento e Revista Perspectivas em Análise do Comportamento, entre os anos de 1999 e 2014, e somente oito mencionaram a palavra-chave Holland (1,83%), e 10 artigos citaram a palavra contracontrole (2,28%). Os autores, também, indicam que o conceito não costuma ser entendido e utilizado em seu sentido político, visto que, apesar da indicação de Holland sobre o uso do contracontrole como instrumento de transformação social, o próprio Skinner apresenta o conceito como exemplos de ataque ou fuga. Assim, a maioria dos artigos encontrados descrevia o contracontrole como subproduto natural do controle aversivo, que nem sempre tem o enfraquecimento ou destruição do poder controlador como função.

Um outro conjunto de pesquisadores, Alves et al. (2022), analisaram os contextos da produção e recepção do conceito de contracontrole através das propostas de Holland e Sá. O estudo identificou que o contexto histórico em que estava inserido (década de 1970), levou Sá a ampliar a dimensão política e social do conceito de forma a considerar a imediatividade da ação e transformação social vivenciada no Brasil. Sá (1985) também construiu importantes pontos de intersecção entre a Análise do Comportamento e a Psicologia Social no país, ao explorar a aplicabilidade social e o uso político do contracontrole. A Cartilha de Contracontrole Social (Sá, 1983) buscava instrumentalizar a população a partir de uma explicitação da teoria da Análise do Comportamento, das formas de controle exercidas pelas agências, das possibilidades sociais de exercer o contracontrole e de perspectivas promissoras para a luta pela democracia. O trabalho de Alves et al (2022) ressalta Sá como um autor promissor, ao lado de Holland, para se estudar o contracontrole social.

Apesar da relevância do tema para a área, Delprato (2002) destacou que não houve sistematização do conceito e buscou fazê-la, baseando-se fortemente na obra de Skinner, ao apresentar sua definição e as principais discussões. Assim, Delprato (2002) identificou que o contracontrole pode ocorrer em dois níveis: no primeiro, uma resposta produz fuga ou esquivas de um estímulo aversivo imediato; e no segundo, além do efeito sobre o estímulo imediato, também pode reduzir o controle exercido pelos controladores.

O trabalho de Delprato (2002) focou especificamente na produção de Skinner para aprofundar e sistematizar o conceito de contracontrole. Os trabalhos de Santos et al (2016) e Alves et al (2022) exemplificam

formas de identificar de que modo o conceito de contracontrole tem sido descrito na literatura analítico-comportamental. Não foi identificada análise conceitual sobre o contracontrole que considerasse um vasto número de publicações analítico-comportamentais, de modo a colaborar com o seu refinamento e permitindo que a comunidade científica se aproprie com rigor de seu uso.

O exposto até aqui justifica a importância de aprofundar a investigação do conceito de contracontrole, suas características e seu uso. Considerando a centralidade do conceito de contracontrole para a prática da Análise do Comportamento em prol da transformação de condições individuais e coletivas, este trabalho objetivou analisar o conceito de contracontrole em publicações analítico-comportamentais em bases de dados, periódicos da Análise do Comportamento nacionais e internacionais, e de Holland, Skinner, Sá e Sidman, autores reconhecidos na conceituação de controle e de coerção.

Método

Foi realizada uma busca de publicações sobre o conceito de contracontrole que incluíram artigos selecionados através de bases de dados e periódicos, a partir do momento em que estiveram disponíveis digitalmente com busca até maio de 2023, além de literatura selecionada pelas autoras deste estudo.

Procedimento De Busca

O procedimento de busca de artigos na literatura analítico-comportamental foi feito: a) nas bases de dados: *Medline, BVSpSi, Embase, Psycinfo, Scopos, Web of Science* e; b) nas revistas: *Acta Comportamental, Perspectives on Behavior Science, Behavior Analysis: Research and Practice, Behavioural Processes, Interação em Psicologia, Journal of Applied Behavior Analysis, Journal of the Experimental Analysis of Behavior, Learning and Behavior, Mexican Journal of Behavior Analysis, European Journal of Behavior Analysis, Psicologia: Ciência e Profissão, Psicologia: Teoria e Pesquisa, Psicologia: Reflexão e Crítica, Temas em Psicologia, Revista Brasileira de Análise do Comportamento, Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, The Analysis of Verbal Behavior, The Behavior Analyst Today, The Psychological Record, The Behavior Analyst* e *Perspectivas em Análise do Comportamento*. Com a busca dos termos truncados “contracontrol*” ou “countercontrol*”, obteve-se artigos com variações na palavra contracontrole em português, espanhol e inglês.

Além do acesso às publicações encontradas nas bases de dados e nas revistas (<https://tinyurl.com/3wa2vh54>), foram utilizadas outras fontes da literatura da Análise do Comportamento que, potencialmente, poderiam tratar de controle social: os livros *Coerção e suas Implicações* (Sidman, 1989/2011) e *Psicologia do Controle Social* (Sá, 1979) e; a *Cartilha de Contracontrole Social* (Sá, 1983); a Tese “O behaviorismo radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante” (Sá, 1985); publicações de Holland sobre questões sociais; os principais livros de Skinner (1953/2014, 1971, 1968, 1978) e suas obras sobre o comportamento humano social – para seleção, dois observadores independentes leram a lista de publicações segundo Andery et al. (2004) e levantaram as publicações de qualquer ano que publicações discutiam o comportamento humano em sociedade (<https://tinyurl.com/fm4k839z>). As listas de referências apresentadas também indicam o número de parágrafos com a palavra contracontrole, encontrados em cada publicação.

Procedimento de Seleção

Foram incluídos os materiais que continham variações da palavra contracontrole em português, inglês e espanhol, com qualquer ano de publicação e em qualquer país; com acesso livre ao texto completo, através da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) a da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ou através de arquivo pessoal, além de ter adequação ao tema do comportamento humano e ter como fundamentação teórica a Análise do Comportamento.

Organização do Material e Procedimento de Análise

O material selecionado foi organizado num banco de dados e foram registrados, em relação a cada publicação, os principais dados bibliográficos, como: título, autoria e ano de publicação. Para cada material, foram registrados: a) os parágrafos que possuem a palavra ‘contracontrole’ ou suas variações; b) a definição utilizada, assim como sua referência; c) o tipo de evento antecedente; d) o tipo de evento subsequente.

Cada parágrafo que continha a palavra contracontrole foi considerado como uma unidade para análise do conceito. Optou-se pela análise por parágrafos porque o parágrafo representa, na gramática, uma unidade de sentido do pensamento do autor, utilizada para organizar o texto (Neves, 2024) e; as obras que apresentaram mais parágrafos, de fato, ofereceram maior contribuição para a discussão do conceito, por apresentarem maior diversidade de detalhes, exemplos, descrições de contingências e/ou maior profundidade conceitual. Todas as publicações encontradas que continham a palavra contracontrole foram inseridas no

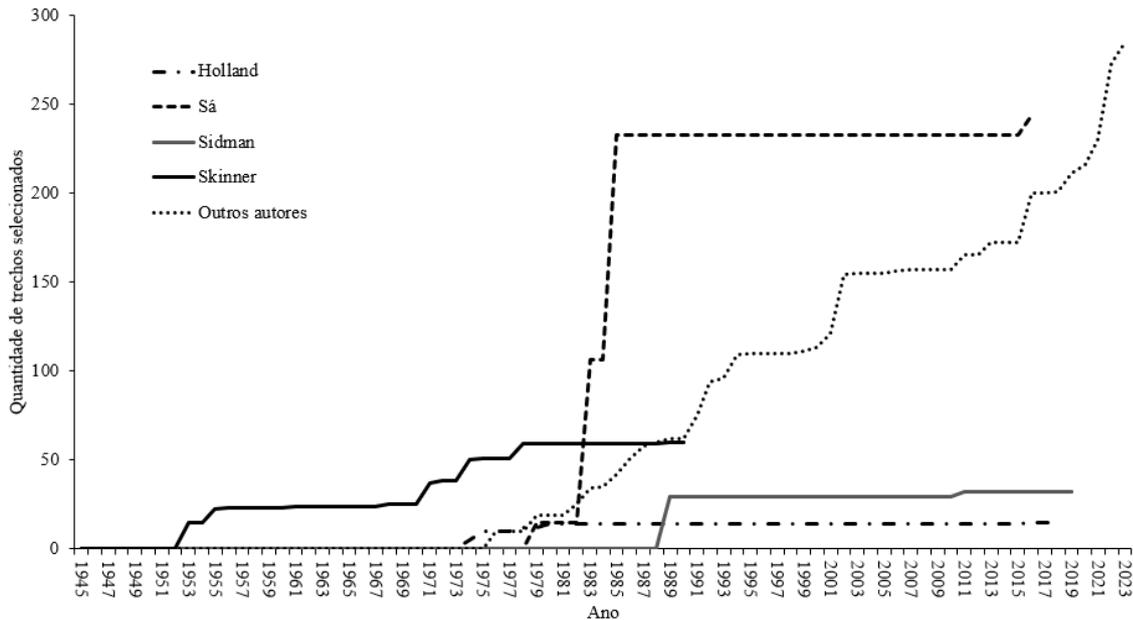
banco de dados, porém, a análise apresentada neste artigo foi realizada com base naqueles que ofereceram contribuições para a discussão proposta.

Resultados

Foram analisadas 110 publicações, sendo estas: 64 artigos encontrados nas buscas em revistas e bases de dados; e 46 entre livros, artigos em jornais e periódicos e tese dos autores escolhidos (B. F. Skinner, James G. Holland, Celso Pereira de Sá e Murray Sidman). Ao todo foram encontrados 636 parágrafos com a palavra 'contracontrole' ou suas variações.

Figura 1.

Curva acumulada de quantidade de parágrafos que contém a palavra contracontrole por ano.



A análise da Figura 1 permite identificar que a primeira vez que a palavra contracontrole apareceu nos materiais selecionados foi no ano de 1953 (Ciência e Comportamento Humano), de Skinner, autor que, dentre os consultados, foi o único a discutir sobre contracontrole por 21 anos (Skinner, 1955a, 1955b, 1968, 1971, 1974; Skinner & Rogers, 1956), até 1974, ano em que Holland publicou sua obra mais antiga analisada. Destaca-se que, a partir da década de 1970 os trechos começaram a ter um crescimento expressivo comparado aos períodos anteriores e, no fim da década, Sá começou a dedicar-se ao estudo do contracontrole, em seu livro "Psicologia do Controle Social" (1979). Durante a década de 80, Sá escreveu a "Cartilha de Contracontrole Social" (1983) e sua Tese "O Behaviorismo Radical de B. F. Skinner e sua Aplicabilidade Socialmente Relevante" (1985), o que elevou significativamente as contribuições ao conceito de contracontrole, tanto em número de parágrafos, quanto em relação ao aprofundamento conceitual, apresentação de exemplos e discussões. Durante as décadas de 1990 e 2000, porém, houve uma paralisação das produções que discorreram sobre o conceito entre os autores diretamente consultados, o que pode ser explicado por alguns fatores: o falecimento de Skinner, em 1990; a pausa nas publicações de Holland, que só voltou a contribuir com o tema em uma publicação de 2016; e a migração epistemológica de Sá do Behaviorismo Radical para a Teoria das Representações Sociais (1990).

Entretanto, entre os outros autores encontrados nas buscas realizadas, o contracontrole é mencionado nas publicações até os dias atuais. Entre os anos de 1995 e 2010 houve uma marcada redução das menções ao contracontrole, com exceção de 2002, ano de publicação do artigo de Delprato – 33 parágrafos – que sistematizou os escritos de B. F. Skinner sobre o conceito. A partir da década de 2010, é possível identificar um aumento na frequência de parágrafos com a palavra contracontrole, acentuado a partir do ano de 2016, em que houve 11 parágrafos encontrados em Sá (2016), um identificado em Holland (2016) e 28 parágrafos identificados entre os outros autores; e destaca-se também 2022, ano em que foram identificados 43 parágrafos, em sua maioria das publicações de Spencer et al. (2022) – 18 parágrafos – e Alves et al. (2022) – 19 parágrafos.

Definições

Na Figura 2, foram apresentadas sete diferentes definições de contracontrole de quatro autores encontradas na literatura. Embora outros autores tenham apresentado definições, que serão exploradas adiante, estão representadas na Figura 2 aquelas que apresentam diferenças entre si. Os outros autores discutidos utilizam alguma destas definições.

Figura 2.

Síntese das definições de contracontrole encontradas na literatura.

Skinner (1953), p. 351	Comportamento operante que ofende ou é de alguma maneira aversivo ao controlador , pode ter sido reforçado pela redução de consequências aversivas semelhantes. <i>É mais provável que o organismo responda dessa maneira frente ao controle social.</i>
Sá (1979), p. 41	Reações do controlado, no sentido de exercer um controle sobre o comportamento do controlador que acabe por resultar na eliminação, redução ou modificação das iniciativas de controle por parte deste último. <i>A eventual intensificação dessas iniciativas, em resposta à reação do controlado, não recebe a igual designação de contracontrole.</i>
Sá (1983), p. 59	É um procedimento de controle e tem como alvo o controle aversivo e/ou exploratório Pode produzir: a atenuação do controle, a eliminação do controle, a prevenção do controle.
Sá (1985), p. 314	Classe de respostas que tenham como efeito prevenir, eliminar ou atenuar as consequências aversivas e/ou exploratórias produzidas para tais indivíduos por instância de controle social institucionalizada .
Mace (1994), p. 537	Repertório de indivíduo que controla de forma contrária o controle de outro indivíduo , caso o controle deste envolva a entrega de consequências aversivas ou a restrição do reforçamento positivo disponível para aquele.
Delprato (2002), p. 193	Não é um princípio básico do comportamento. Se difere de outros comportamentos de fuga ou esquiva porque diante do confronto com estimulação aversiva social, a pessoa responde para se opor ao controle ao invés de reforçá-lo ao ceder.
Carrara (2023), p. 63	Oferece resistência ao enraizamento de práticas culturais que desdenham das escolhas democráticas e buscar uma sociedade verdadeiramente compartilhadora. <i>Contracontrole como horizonte ético para a prática do psicólogo.</i>

A primeira definição de contracontrole foi encontrada no livro *Ciência e Comportamento Humano* (Skinner, 1953/2014) e é complementada pela descrição de que o contracontrole ocorre em situações explicitamente aversivas e diante do uso de controle para manter comportamentos dos controlados deliberadamente graças às consequências reforçadoras para o controlador. Skinner (1953/2014) descreveu como consequência reforçadora do comportamento de contracontrole a redução de consequências aversivas semelhantes e uma das explicações possíveis para tal redução é que “o indivíduo que se engaja no controle, automaticamente gera auto-estimulação aversiva condicionada – ‘sente-se culpado’ por exercer controle” (p. 322 – tradução livre). Dessa forma, o controlador poderia desistir de exercer o controle e ter como consequência automática a remoção dos sentimentos aversivos de culpa e, até declarar-se em oposição ao controle pessoal em geral.

Ao considerar a sequência cronológica das publicações, Sá (1979) referenciou Skinner (1971) e definiu contracontrole como comportamento do controlado que exerce controle sobre o comportamento do controlador e resulta na eliminação, redução ou modificação do controle exercido pelo controlador. Sá apresentou, ainda, a preocupação com definições de contracontrole que possibilitam um discurso neutro, no sentido de descrever a relação de controle entre controlados e controladores de forma mútua, sem diferenciar politicamente os verdadeiros controladores e controlados. Segundo Sá (1979), Skinner não apresentou tal neutralidade, porque não nomeou como contracontrole a intensificação do controle por parte do controlador diante do contracontrole exercido pelos controlados.

Alguns anos após a apresentação dessas definições, Sá (1983) desenvolveu a *Cartilha de Contracontrole Social*, publicação em que foram encontrados cinco trechos com definições de contracontrole. Ele sintetizou a definição já apresentada, ao descrever como comportamentos cujas consequências seriam a transformação das formas atuais de controle e, além disso, Sá destacou que o contracontrole é um procedimento de controle e seu objetivo explícito é a mudança do comportamento das pessoas poderosas para que possam favorecer outras pessoas ao invés de prejudicá-las. Para Sá (1983), o contracontrole se opõe às práticas de controle exercidas pelas agências de controle ou pela comunidade ética.

Sá (1985), em sua Tese de Doutorado denominada “O Behaviorismo Radical de B. F. Skinner e sua Aplicabilidade Socialmente Relevante”, apresentou seis trechos com definições de contracontrole, algumas inseridas para contextualizar e discutir, sem representar a posição de Sá e outras que ele sintetizou e as apresentou como seu posicionamento. A primeira apresentada é a de Platt (em um artigo de 1973, citado por

Sá, 1985)¹, que definiu contracontrole como o mecanismo envolvido no controle recíproco, em que os organismos controlam uns aos outros e, segundo Sá, tal definição levou Platt “a uma formulação globalizante e implicitamente harmônica das relações sociais humanas” (Sá, 1985, p. 230), como se houvesse uma autocorreção institucional inevitável. Segundo Sá, tal definição dificulta esforços coletivos para construir transformações sociais

Sá (1985) apresentou e contestou a utilização do conceito do contracontrole por diversos autores da literatura como “a extensão em que um cliente pode resistir aos esforços de um terapeuta para modificá-lo” (p. 270). Para Sá, tais autores apontam o contracontrole como um comportamento que atrapalha a intervenção, sinônimo de resistência no sentido psicanalítico, que os terapeutas objetivam impedir

Então, Sá (1985, p. 314) definiu o contracontrole como:

qualquer classe de respostas emitidas por indivíduos (isolados ou em grupo) que tenham o efeito de prevenir, eliminar ou atenuar as consequências aversivas e/ou exploratórias (a curto, médio ou longo prazos) produzidas para tais indivíduos por qualquer dada instância de controle social institucionalizada (legal ou consuetudinariamente) ou em vias de institucionalização.

Assim, destaca-se que Sá considerou como contracontrole classes de respostas emitidas que previnam, eliminem ou atenuem o controle aversivo ou exploratório produzidos *por instâncias de controle institucionalizadas* (ou em vias de institucionalização). Sá reafirmou, em 1985, que o conceito deve ser utilizado especificamente em situações em que há marcadamente uma diferença entre controlador e controlado através da institucionalização da instância de controle social, seja ela legal ou apenas habitual. Tal posicionamento é contrário à noção de neutralidade do conceito (Sá, 1985) e estreita o conceito para situações em que indivíduos e grupos estejam em clara situação de disparidade de poder.

Dentre os artigos selecionados na busca em bases de dados e revistas, Mace (1994) é o primeiro cuja definição de contracontrole descreve o controle aversivo antecedente à resposta, assim como relaciona os comportamentos do controlador e do contracontrolador, evidenciando a produção de estimulação aversiva do segundo em relação ao primeiro. Para Mace (1994), é fundamental distinguir conceitualmente e operacionalmente o contracontrole de outros conceitos já tradicionalmente estudados na área como fuga, esquivia e eliciação de respostas reflexas por eventos aversivos.

Assim, o primeiro elemento necessário para que haja o contracontrole é que, na interação entre dois organismos, um deles possa acrescentar estimulação aversiva no ambiente do outro. Além disso, tal estimulação aversiva pode ou não ser contingente ao comportamento do organismo controlado, então, independente do controlador utilizar diretamente de procedimentos de punição, a apresentação do evento aversivo é capaz de produzir o contracontrole. Dessa forma, segundo Mace (1994), o objetivo principal de um experimento de contracontrole é estudar a entrega de estimulações aversivas entre A e B, e suas interações nesse processo. Por isso, descreveu que o contracontrole não precisa ser definido em termos de fuga ou esquivia, essas operações podem estar envolvidas, mas não são necessárias para definir um comportamento de contracontrole.

Por outro lado, Delprato (2002) recorre ao processo de reforçamento negativo em sua definição. Dessa forma, a conceitualização de Delprato (2002) é diferente da de Mace (1994) e se aproxima das definições de Skinner (1953/2014) e de Sá (1985). Outra característica do contracontrole importante descrita por Delprato (2002) é que, além de produzir fuga ou esquivia, os comportamentos de contracontrole também podem punir as respostas dos controladores ou colocá-las em extinção. Esses dois últimos processos, descritos por Mace (1994) como definidores da classe funcional do contracontrole, são, para Delprato (2002) possíveis funções adicionais, para além da função definidora de reforçamento negativo.

Delprato (2002) destacou que o contracontrole é fundamentado na noção de que o comportamento humano é controlado por e é fonte de controle sobre o ambiente. Assim, indica que “existe uma reciprocidade inerente entre o comportamento e o ambiente porque as consequências ambientais não são independentes do comportamento” (Delprato, 2002, p. 193). Outra importante contribuição de Delprato (2002) foi considerar a noção de operação estabelecadora para analisar o contracontrole, na medida em que o controle aversivo antecedente ou o próprio controle social pode aumentar a probabilidade de respostas que produzam a sua retirada do ambiente como consequência. É importante pontuar, por fim, que o artigo de Delprato (2002) teve publicações de Skinner (1953/2014, 1971, 1989) como fontes bibliográficas principais.

Em alguns artigos, contracontrole foi definido, como Mace (1994) o faz, considerando os efeitos punidores ou de extinção da resposta do controlador como definidor da classe funcional, apesar dos autores terem utilizado publicações de Skinner ou Delprato como referência, o que se pode considerar uma inconsistência. Para Balsam e Bondy (1983), contracontrole é uma resposta de agressão ou punição ao comportamento do punidor. Já Fontes e Shahan (2021), embora utilizassem Skinner (1953, 1971, 1974) para referenciar a definição apresentada, relataram que contracontrole “é definido como uma resposta operante em

¹ Vale destacar que não foi possível encontrar a publicação de Platt na coleta deste trabalho por ser um capítulo de livro não indexado em nenhuma base de dados ou disponível digitalmente.

resposta ao controle aversivo social que resulta na extinção ou punição do comportamento do agente punidor” (Fontes & Shahan, 2021, p. 195 – tradução livre). Brogan et al. (2021) também definiram contracontrole pela função de punir ou extinguir o comportamento do punidor, apesar de utilizarem Delprato (2002) como referência. Por outro lado, Confer et al. (2021) e Spencer et al. (2022) não apresentaram tal inconsistência, visto que definiram o contracontrole como comportamentos que, diante do controle aversivo, produzem fuga ou esquiva (reforçamento negativo) e referenciam autores que assim o definem (Skinner e Sidman).

Outros autores apresentaram definições para o conceito especificamente no contexto de terapia. Para Moyer (1976), contracontrole pode ser definido como “a reação de um sujeito em um experimento que é evidenciada pelo ajuste de sua performance na direção oposta ao que ele percebe como objetivo e expectativa do experimentador” (p. 1083, - tradução livre). Também nessa perspectiva, Kiesler (1992) apresentou que o contracontrole “refere-se a instâncias em que o paciente, direta ou indiretamente, de forma óbvia ou implícita, sabota ou se opõe à tarefa das sessões terapêutica” (p. 85 – tradução livre) e acrescentou, ainda, que o contracontrole ocorre devido ao acúmulo da relação emocional entre o terapeuta e o paciente. Ademais, Kohlenberg e Tsai (1994) citaram Skinner (1953) para definir contracontrole como esforços para reduzir ou alterar as tentativas dos terapeutas de alterar determinados comportamentos. Entretanto, é importante retomar a discussão feita por Sá (1985) sobre este uso do termo contracontrole, por assemelhar-se à noção de “resistência” na psicanálise e por levar a análises e tentativas de “dominar” o contracontrole, de forma que ele não atrapalhe a intervenção. Assim, faz-se a discussão de forma apolítica e não oferece contribuições para o avanço social por meio de comportamentos de contracontrole.

Outro autor a definir contracontrole foi Carrara (2023) que, ao discutir o papel da psicologia na América Latina, destacou a importância da atuação política pautada na ética do contracontrole. Carrara definiu contracontrole como comportamentos de resistência às práticas culturais antidemocráticas e, além disso, comportamentos que busquem construir uma sociedade compartilhadora. Dessa forma, Carrara se aproximou da discussão feita por Sá (1985) em que o contracontrole é usado politicamente a favor dos grupos sociais controlados.

Nota-se, ainda, que artigos mais recentes recorreram a Sá (1985) para definir contracontrole, ao destacar sua função de prevenir, eliminar ou atenuar o uso do controle aversivo e/ou exploratório (Carrara, 2023; Flores Júnior & Córdova, 2019; Flores Júnior et al., 2021; Nicolodi & Hunziker, 2021; Sá, 2016).

Por fim, ainda que não haja homogeneidade entre as definições apresentadas, destaca-se que a concretização do contracontrole depende dos indivíduos e grupos que o fazem e não do equilíbrio natural entre as forças (Sá, 1985). Assim, é importante que os agentes sociais dedicados a produzir os efeitos do contracontrole possam agir sob controle do máximo de informações possíveis sobre as variáveis ambientais que controlam o comportamento dos controlados e dos controladores. Para isso, é necessário apresentar, nos termos da tríplice contingência, os antecedentes e consequentes, descritos pela literatura consultada, que interferem na efetividade do contracontrole, o que será feito a seguir.

Antecedentes

Nos materiais selecionados, foram identificados como antecedentes para respostas de contracontrole: a) o controle aversivo, caracterizado como a produção de consequências aversivas imediatas para o controlado, como a punição, pelo reforçamento negativo ou pela privação socialmente imposta (Sá, 1983); b) o controle exploratório, caracterizado como o uso de reforçadores positivos imediatos como consequência para comportamentos que produzem maior magnitude de reforço para os controladores do que para os controlados (Sá, 1983); e/ou c) o alto custo de respostas exigido para obtenção de reforçamento positivo.

Dos parágrafos selecionados, 171 apresentam alguma descrição de controle antecedente para o contracontrole. Destes, 85 descrevem exclusivamente o controle aversivo como evento antecedente e foram descritos diferentes tipos desse controle: punição positiva, punição negativa e controle verbal. São exemplos de punição positiva descrita como antecedente para a resposta de contracontrole: o uso de ameaça (Sá, 1983; Skinner, 1955a), abuso e opressão (Nicolodi & Hunziker, 2021), uso da força (Skinner, 1955a; Skinner & Rogers, 1956), racismo e discriminação (de Sousa, et al., 2022), ausência de liberdade de expressão (Sá, 1983, 1985), agressão, controle despótico, tirania, violência imposta a nações mais pobres (Sidman, 1989).

Além disso, são descritos exemplos de punição negativa como antecedente, como: prisões (Holland, 1974; Sidman, 1989), multas (Delprato, 2002), supressão de tentativas de acesso a reforçadores (Sidman, 1989). Autores também classificaram como condições antecedentes aversivas, que podem evocar o contracontrole, a atribuição de regras (Spencer et al., 2022), instruções verbais (Brogan et al., 2021) ou instrução terapêuticas (Kiesler, 1992). Destaca-se, entretanto, que parte dos trechos não descrevem detalhes sobre o controle aversivo, como o seguinte trecho de Follette et al (1993, p. 314 – tradução livre): “Pessoas saudáveis aceitam os aspectos úteis do ambiente, mas podem identificar aquelas práticas de controle que são aversivas e implementam estratégias de contracontrole em resposta”.

Dos parágrafos que contém descrição de antecedentes, 17 descrevem exclusivamente o controle exploratório. As descrições de controle antecedente identificadas como controle exploratório (Holland, 1975b,

1978/1983, 1980; Sá, 1983, 1979; Skinner, 1953, 1955a, 1971, 1974, 1978, 1989) envolvem o uso de reforçador econômico (dinheiro) como reforçador imediato para um comportamento que produz consequências aversivas a longo prazo. Para Skinner (1971), é comum que neste tipo de controle, o ganho para o controlador resulte em perda para o controlado. Além disso, o controle exploratório é caracterizado por decisões hierárquicas e pela estratificação do poder, visto que os controladores têm maior acesso a bens materiais e podem oferecê-los ou não aos controlados que, por sua vez, produzem mais bens para o controlador (Holland, 1978/1983).

O controle exploratório é descrito, em sua maioria, como sendo exercido pela agência econômica ou por agentes individuais que conquistam vantagens econômicas ao exercer esse tipo de controle. O contracontrole evocado pelo controle econômico envolve regras da comunidade ética que condenam o uso excessivo da riqueza, além de leis que proíbem certas atividades econômicas e restringem transações, o que reduz “a medida na qual o possuidor de riquezas pode empregá-la no controle dos outros” (Skinner, 1953/2014, p. 437 – tradução livre). Assim, pode-se compreender que a viabilidade do controle econômico exploratório depende da desigualdade de riqueza e poder, porque um grupo precisa ter mais riqueza que o outro para utilizá-la como reforçadora. Holland (1975a) descreveu, então, que os controlados devem estar sob condições aversivas de privação para que os reforçadores limitados disponibilizados pela agência mantenham seu comportamento e que essa desigualdade é protegida por meio de forças coercitivas, o que produz contracontrole.

A relação de controle exploratório impõe uma dificuldade relevante na produção de comportamentos de contracontrole, devido à característica tardia das consequências aversivas: é possível que elas não ocorram enquanto o controlador está ao alcance do controlado. Skinner (1971) descreve que a solução é a criação de consequências aversivas imediatas e isso explica a relevância de duas medidas importantes de contracontrole: a descrição das contingências pela comunidade ética e a criação de leis. Um exemplo encontrado na literatura foi descrito por Nicolodi e Hunziker (2021, p. 172):

Por exemplo, contingências que aumentem a discriminabilidade dos ganhos e perdas em relação aos gêneros (tais como debates ou aulas sobre questões vinculadas ao patriarcado e suas consequências no cotidiano) podem tornar mais provável que mudanças comportamentais ocorram por parte das mulheres, interferindo na retroalimentação do desequilíbrio.

Outros 40 parágrafos apresentam ambos, tanto o controle aversivo, quanto exploratório como antecedentes para o contracontrole, por exemplo:

Uma proposta para encerrar a pesquisa comportamental ou para sequestrar seus resultados com o fundamento de que podem ser usados por déspotas e tiranos seria um erro desastroso, porque minaria todas as importantes contribuições da cultura e interfere com medidas de contracontrole que mantêm o controle aversivo e exploratório dentro dos limites (Skinner, 1974, p. 94 – tradução livre).

Em quatro parágrafos do artigo de C.H. Skinner et al. (2023), também foi descrito como antecedente o alto custo de respostas exigido para obtenção de reforçamento positivo. Além disso, 25 parágrafos descrevem “técnicas de controle” de forma genérica como antecedente para as respostas de contracontrole, sem especificar o tipo de técnica. São exemplos termos como controle exercido (Spencer et al., 2022), técnicas de controle das agências econômica e governamental (Sá, 1953), tentativa de controle (Delprato, 2022). Por fim, é importante destacar que o comportamento, como relação entre organismo e ambiente, é inevitavelmente controlado pelo ambiente (Skinner, 1953/2014). Dessa forma, embora parte das descrições antecedentes sejam inespecíficas, são os determinados tipos de controle já descritos (controle exploratório e/ou aversivo), que produzem comportamentos de contracontrole.

Consequências

A leitura das publicações possibilitou identificar como consequências para respostas de contracontrole: a) a eliminação, atenuação ou prevenção do controle aversivo; b) a punição do comportamento dos controladores; c) a mudança nas técnicas de controle; e/ou d) o reforçamento positivo do comportamento de contracontrole.

Dos parágrafos selecionados, 192 descrevem consequências para o comportamento de contracontrole. Destes, 13 descrevem somente a eliminação do controle aversivo como consequência e são exemplos apresentados pelos autores: a retirada de multa (Delprato, 2002), a destruição do controle aversivo (Skinner, 1978), a destruição do autoritarismo e da ditadura (Sá, 1985). Em 18 parágrafos, somente a atenuação do controle aversivo é apresentada como consequência, descrita, por exemplo, como: atenuação dos aspectos exploratórios e aversivos do controle econômico do trabalho (Sá, 1983), enfraquecimento do controle aversivo (Skinner, 1978), restrição da busca por riqueza (Sidman, 1989). Já a prevenção aparece em 20 parágrafos como única consequência descrita do contracontrole, como nos exemplos: a constituição impõe uma restrição ao uso de técnicas de controle pelo governo (Skinner, 2003/1953), criar e manter uma sociedade democrática, justa e generosa (Sá, 1983), prevenir a opressão da população (Flores Júnior & Córdova, 2019).

A mudança nas técnicas de controle aparece em 40 parágrafos como única consequência descrita do contracontrole. Em parte deles, apresenta-se tal modificação de técnica de forma bastante genérica, como: alteração da forma de controle (Sá, 1979, 1983) e mudança nas técnicas de controle (Sá, 1983, dos Santos et al., 2016). Em outros, apesar de ser um pouco mais descritivo, ainda não está explícito como se dá tal modificação, como em modificação do controle aversivo imediato ou exploratório (Sá, 1983), transformação social (dos Santos et al., 2016) e romper as contingências em vigor (Rubow et al., 2018). Em outros trechos, entretanto, os autores tornaram mais explícita como se dá a mudança no controle produzida pelo contracontrole, por exemplo: controlar o comportamento de representantes políticos (Sá, 1983), controlar o comportamento dos controladores (Fontes & Shahan, 2021, Sidman, 1989), controlar o comportamento das agências de controle (Sá, 1983, Skinner, 2003/1953). E, por fim, alguns trechos descrevem o resultado dessa mudança para as contingências de controle, por exemplo: substituição do sistema capitalista (Holland, 1975a, 1978/1983), condição de igualdade entre os cidadãos (Alves et al., 2022), colocar a educação a favor do aluno (dos Santos et al., 2016) e maior acesso a reforçamento positivo (Follette et al., 1993; Holland, 1975a, 1983/1978; Sá, 1983; de Sousa et al., 2022).

Já em 24 parágrafos, a única consequência descrita para o contracontrole foi a punição do comportamento dos controladores. São exemplos descritos: consequências aversivas para o comportamento do controlador (Brogan et al., 2021; Delprato, 2002; Sá, 1983; Sidman, 1989; Skinner 1953/2014) e os controlados realizarem tarefas solicitadas com resultados piores que os esperados pelos controladores (Delprato, 2002). Também são descritas contingências nas quais o controlado mantém o comportamento de controle do controlador em extinção (Fontes & Shahan, 2021; Mace, 1994; Spencer et al., 2022).

Essas categorias de consequências descritas acima foram identificadas em outros 56 parágrafos de forma combinada, na qual mais de uma categoria era descrita em um mesmo trecho. Alguns exemplos encontrados foram: liberação de presos políticos e ameaça de punição ao governo (Holland, 1974) – eliminação da estimulação aversiva e punição do comportamento dos controladores; acesso a reforçadores e punição do comportamento dos controladores (Skinner et al., 2023) – mudança nas técnicas de controle e punição do comportamento dos controladores; eliminação atenuação e prevenção do controle (Delprato, 2002; Sá, 1979, 1983, 2016; dos Santos et al., 2016; Skinner, 1971).

Outras 21 consequências, cuja descrição ocorreu apenas uma vez nos trechos analisados, foram identificadas. São exemplos: favorecimento da autonomia popular (Flores Júnior & Córdova, 2019); produção e direitos humanos (Sá, 1983), punição do comportamento de contracontrole (Goltz, 2020), redução do custo de resposta para obter determinado reforçador positivo (C. H. Skinner et al., 2023).

Considerações Finais

Por fim, é possível salientar que o termo contracontrole foi definido e suas contingências apresentadas de forma diversa na literatura. Entretanto, ele é apresentado por diversos autores como uma potente ferramenta de transformação social diante dos métodos de controle aversivos e exploratórios empregados pelas agências de controle, especialmente em um sistema social estratificado. Dessa forma, salienta-se a importância de analistas do comportamento produzirem estudos aplicados e teóricos com interesses aplicados, com o objetivo de contribuir com tal transformação a partir da instrumentalização política de seus conhecimentos teóricos e aplicados sobre o controle e contracontrole comportamental. Como exemplo de tal uso, dá-se o estudo realizado por Bruno (2023) que utilizou o conceito de contracontrole para avaliar os Conselhos de Saúde como dispositivos de participação e controle social do Sistema Único de Saúde, a partir de sua proposição legal.

Declaração de conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflito de interesses relativos à publicação deste artigo.

Contribuição de cada autor

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue: A contribuição de Bruno, G. C. e Gianfaldoni, M. H. T. A. se deu do início ao fim da pesquisa e escrita do manuscrito.

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons 4.0 BY-NC.



Referências

- Alves, R. G., Miranda, R. L., & Córdova, L. F. (2022). A produção e a recepção do controle e contracontrole social em James G. Holland e Celso Pereira de Sá. *Acta Comportamentalia*, 30(2). Recuperado a partir de <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/82678>
- Andery, M. A., Micheletto, N., & Sério, T. M. (2004). Publicações de B. F. Skinner: de 1930 a 2004. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6(1), 93-134. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452004000100010&lng=pt&tlng=pt
- Balsam, P. D., & Bondy, A. S. (1983). The negative side effects of reward. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 16(3), 283-296. <https://doi.org/10.1901/jaba.1983.16-283>
- Brogan, K. M., Rapp, J. T., Edgemon, A. K., Niedfeld, A. M., Coon, J. C., Thompson, K. R., & Burkhart, B. R. (2021). Behavioral skills training to increase appropriate reactions of adolescent males in residential treatment. *Behavior Modification*, 45(4), 535-559. <https://doi.org/10.1177/0145445519880837>
- Carrara, K. (2023). Martín-Baró, Abib e Holland às voltas com uma cidadania legítima para as Américas. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 14(1), 59-66. <https://doi.org/10.18761/JADA033000>
- Confer, S. V., Diller, J. W., & Danforth, J. S. (2021). A behavior-analytic approach to antivaccination practices. *Behavior and Social Issues*, 30, 648-665. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00051-5>
- Davies, R., Lacks, P., Storandt, M., & Bertelson, A. D. (1986). Countercontrol treatment of sleep-maintenance insomnia in relation to age. *Psychology and Aging*, 1(3), 233-238. <https://doi.org/10.1037//0882-7974.1.3.233>
- Delprato, D. J. (2002). Countercontrol in Behavior Analysis. *The Behavior Analyst*, 25(2), 191-200. <https://doi.org/10.1007/BF03392057>
- Flores Júnior, C., Barbosa, D., & Laurenti, C. (2021). Autonomia, educação e compromisso social: Convergências ontológicas entre Paulo Freire e o Comportamentalismo Radical. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 17(2). <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11016>
- Flores Júnior, C., & Córdova, L. (2019). Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(4). Recuperado a partir de <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/72030>
- Follette, W. C., Bach, P. A., & Follette, V. M. (1993). A behavior-analytic view of psychological health. *The Behavior Analyst*, 16(2), 303-316. <https://doi.org/10.1007/BF03392638>
- Fontes, R. M., & Shahan, T. A. (2021). Punishment and its putative fallout: A reappraisal. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 115(1), 185-203. <https://doi.org/10.1002/jeab.653>
- Goltz, S. M. (2020). On power and freedom: extending the definition of coercion. *Perspectives on Behavior Science*, 43(1), 137-156. <https://doi.org/10.1007/s40614-019-00240-z>
- Holland, J. G. (2016). Análise do comportamento e valores humanos positivos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18 (número especial), 19-26. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.841>
- Holland, J. G. (2016). Os princípios comportamentais servem para os revolucionários? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18 (número especial), 104-117. Publicação original em 1973. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.863>
- Holland, J. G. (1975). Behavior modification for prisoners, patients, and other people as a prescription for the planned society. *The Prison Journal*, 54(1), 23-37. Publicação Original em 1974. <https://doi.org/10.1177/003288557405400104>
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163>
- Kiesler, D. J. (1992). Interpersonal circle inventories: Pantheoretical applications to psychotherapy research and practice. *Journal of Psychotherapy Integration*, 2(2), 77-99. <https://doi.org/10.1037/h0101246>
- Kohlenberg, R. J., & Tsai, M. (1994). Improving cognitive therapy for depression with functional analytic psychotherapy: Theory and case study. *The Behavior Analyst*, 17(2), 305-319. <https://doi.org/10.1007/BF03392678>
- Mace, F. C. (1994). Basic research needed for stimulating the development of behavioral technologies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 61(3), 529-550. <https://doi.org/10.1901/jeab.1994.61-529>
- Moyer, W. W. (1976). Countercontrol in hypnotic control groups. *Psychological Reports*, 39(3 Pt 2), 1083-1089. <https://doi.org/10.2466/pr0.1976.39.3f.1083>
- Neves, F. (2024). Parágrafo. *Norma Culta*. <https://www.normaculta.com.br/paragrafo/>
- Nicolodi, L., & Hunziker, M. (2021). O patriarcado sob a ótica analítico-comportamental: Considerações iniciais. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 17(2). <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11012>
- Rubow, C.C., Vollmer, T.R., & Joslyn, P.R. (2018). Effects of the Good Behavior Game on student and teacher behavior in an alternative school. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 51(2) 382-392. <https://doi.org/10.1002/jaba.455>
- Sá, C. P. (1979). *Psicologia do controle social*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda.

- Sá, C. P. (1983). Cartilha de contracontrole social. In: C. P. Sá (1985). *O behaviorismo radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante*. Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas
- Sá, C. P. (1985). *O behaviorismo radical de B. F. Skinner e sua aplicabilidade socialmente relevante*. Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas.
- Sá, C. P. de. (2016). J. G. Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18 (número especial), 52-60. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.844>
- Santos, E. A. P. dos, Garbelotti, C. dos S., & Lopes, C. E. (2016). O impacto da proposta política de Holland na literatura especializada brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(número especial), 61-72. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.845>
- Skinner, B. F. (1955a). The control of human behavior. *Transactions of the New York Academy of Sciences*, 17(7), 547-51.
- Skinner, B. F. (1955b). Freedom and the control of men. *American Scholar*, 25, 47-65.
- Skinner, B. F. (1968). *The technology of teaching*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom & dignity*. Hackett Publishing Company
- Skinner, B. F. & Rogers, C. R. (1956). Some issues concerning the control of human behavior: A symposium. *Science*, 124, 1057-1066.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1978) Human behavior and democracy. In B. F.: Skinner, *Reflections on behaviorism and society*. Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1987) Why we are not acting to save the world? In B. F.: Skinner, *Upon further reflection*. Prentice-Hall
- Skinner, B. F. (2014). *Science and human behavior*. B. F. Skinner Foundation. Publicação Original em 1953.
- Skinner, C. H., Bennett, J., Richardson, R., Scott, K., Wheat, L. S., & Martinez, J. (2023). Educational equity, academic standards, and countercontrol: Preventing academic deficits with supplemental interdependent rewards. *Psychology in the Schools*, 60, 5-22. <https://doi.org/10.1002/pits.22756>
- Sidman, M. (2011). *Coerção e suas implicações*. Editora Livro Pleno. Publicação Original em 1989.
- de Sousa, V.P., Mizael, T.M. & de Rose, J.C. (2022). Variables involved in the acquisition and maintenance of racial aggression and its victims' reactions. *Behavior Analysis Practice*, 15, 1151-1160. <https://doi.org/10.1007/s40617-022-00696-7>
- Spencer, S. D., King, H. C., Martone, L., & Houlihan, D. (2022). Countercontrol: A Relational Frame Theory (RFT) account and revival of a 70-year-old skinnerian term. *Perspectives on Behavior Science*, 45(2), 457-467. <https://doi.org/10.1007/s40614-022-00337-y>
- Zwart, C. A., & Lisman, S. A. (1979). Analysis of stimulus control treatment of sleep-onset insomnia. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 47(1), 113-118. <https://doi.org/10.1037//0022-006x.47.1.113>

Submetido em: 02/04/2024

Aceito em: 18/11/2024